

5) *Em relação às metas constantes nos planos setoriais e nas peças orçamentárias, foram estabelecidos indicadores (financeiros, temporais e quantitativos) para mensuração objetiva quanto ao cumprimento ou não dos objetivos? Caso positivo, comprovar. Caso negativo, justificar;*

**Resposta: Sim, foram estabelecidos indicadores nas peças orçamentárias com mensuração objetiva, conforme documentos acostados. (vide anexo IV).**

6) *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 foram incorporadas ao planejamento municipal? Caso positivo, comprovar;*

**Resposta: Sim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 foram incorporados no PPA 2022-2025, conforme documentos acostados. (vide anexo V).**

7) *Em 2021, e em 2022 (até o presente momento) foram realizados cursos/treinamentos para o pessoal lotado na área de planejamento municipal? Relacionar os treinamentos/cursos realizados e a respectiva carga horária, indicando quais servidores realizaram tais atividades;*

**Resposta: Sim, conforme documentos acostados. (vide anexo VI).**

8) *O Setor de planejamento acompanha a execução do orçamento, com a efetivação de seus programas/ações? Apresentar relatórios de acompanhamento relativos ao exercício de 2021 e aqueles já gerados relativos à 2022;*

**Resposta: Sim, conforme documentos acostados. (vide anexo VII).**

9) *Em relação ao exercício de 2022, já foi realizado algum replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias? Caso positivo, detalhar os motivos e as providências adotadas;*

**Resposta: No exercício 2022 não houve replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias.**

10) *O acompanhamento da execução das ações governamentais, realizado pelo setor de planejamento, relativos ao exercício de 2022, vem sendo encaminhados aos Secretários e Prefeito? Caso positivo, ofertar documentos comprobatórios;*

**Resposta: Sim, conforme documentos acostados. (vide anexo VIII).**

# **Anexo VII**

## **Documentos Probatórios**

### **Questão 08**

Salto, 29 de janeiro de 2022.

**À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTO**  
**Sr. LAERTE SONSIN**

## **ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2021 E DEMAIS ANÁLISES PERTINENTES.**

Este documento tem por objetivo analisar a execução orçamentária e financeira, referente aos dados da “Administração Direta”, do exercício de 2021.

Os dados aqui apresentados têm como objetivo avaliar os resultados auferidos comparando com o do exercício anterior, abordar os principais itens fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, identificando os resultados das ações que buscaram o equilíbrio fiscal e exigências constitucionais.

Passamos aos estudos:

### **1. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

#### **a. Receita**

A receita municipal é composta por impostos, taxas, contribuições, transferências correntes, de capital, de serviços e patrimonial. Podem ainda ser divididas em receitas orçamentárias e intra-orçamentárias (quando repassadas entre órgãos do mesmo município).

Dentre as principais, destacamos as de origem própria (IPTU, ISS, ITBI e IR) e as repassadas pelo Estado e União, tais como FPM, ICMS, IPVA e Fundeb.

Abaixo apresentamos um comparativo entre a receita realizada no acumulado de 2021 em comparação ao exercício anterior, separadas segundo sua categoria econômica:

Descrição	2020	Previsto 2021	2021	Variação 2020-2021	
				(R\$)	(%)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>413.861.118</b>	<b>426.408.806</b>	<b>485.206.331</b>	<b>71.345.213</b>	<b>17,24%</b>
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	110.539.529	129.950.700	133.958.805	23.419.275	21,19%
Contribuições	0	0	0	0	100,00%
Receita Patrimonial	287.968	454.239	2.082.888	1.794.919	623,30%
Receita Serviços	3.003.238	1.491.691	7.786.263	4.783.026	159,26%
Transferências Correntes	293.002.242	286.451.655	330.522.809	37.520.567	12,81%
Outras Receitas Correntes	7.028.141	8.060.522	10.855.566	3.827.425	54,46%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>11.970.298</b>	<b>26.698.166</b>	<b>1.949.763</b>	<b>-10.020.535</b>	<b>-83,71%</b>
Operações de Crédito		20.443.875	0	0	100,00%
Alienação de Bens	88.050	0	0	-88.050	-100,00%
Transferências de Capital	11.882.248	6.254.291	1.949.763	-9.932.485	-83,59%
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>33.976.908</b>	<b>35.381.965</b>	<b>43.709.238</b>	<b>9.732.330</b>	<b>28,64%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>391.854.508</b>	<b>417.725.007</b>	<b>443.446.856</b>	<b>51.592.348</b>	<b>13,17%</b>

No acumulado, foi identificado incremento de 13,17%, superando a inflação acumulada de 2021 de 10,06% (IPCA-IBGE).

Dentre as principais receitas, apresentamos:

Principais Receitas	2020	2021	Variação	
			(R\$)	(%)
1% FPM	4.052.539	4.992.737	940.198	23,20%
FPM	35.983.910	48.385.432	12.401.522	34,46%
FUNDEB	43.401.731	55.094.450	11.692.719	26,94%
ICMS	81.606.038	106.660.269	25.054.231	30,70%
IPI	606.692	798.167	191.475	31,56%
IPTU	56.372.089	63.636.451	7.264.362	12,89%
IPVA	17.623.678	18.891.312	1.267.634	7,19%
IR	8.201.070	9.003.601	802.532	9,79%
ISS	31.671.675	37.793.799	6.122.125	19,33%
ITBI	10.918.551	18.910.076	7.991.526	73,19%
ITR	87.315	101.774	14.458,24	16,56%
Merenda Escolar	1.214.589	1.260.739	46.149	3,80%

Multas de Trânsito	2.944.430	2.165.183	-779.247	-26,47%
Recurso Federal Assistência	1.573.125	666.682	-906.443	-57,62%
Recurso Federal Saúde	27.216.838	19.325.185	-7.891.653	-29,00%
Recursos Estado Assistência	359.300	392.038	32.738	9,11%
Recursos Estado Educação	621.372	2.396.711	1.775.339	285,71%
Recursos Estado Saúde	2.375.708	2.559.442	183.734	7,73%
Rendimentos	287.968	2.082.888	1.794.919	623,30%
Royalties Petróleo	945.859	1.554.051	608.192	64,30%
Salário Educação	6.499.588	7.454.065	954.478	14,69%
Serviços	3.003.238	7.786.263	4.783.026	159,26%
Taxas	3.375.764	4.614.212	1.238.448	36,69%
Transferências Capital Estado	6.717.331	1.136.915	-5.580.416	-83,07%
Transferências Capital União	5.164.916	812.847	-4.352.069	-84,26%
Demais Receitas	39.029.195	24.971.565	-14.057.630	-36,02%
<b>Total</b>	<b>391.854.508</b>	<b>443.446.856</b>	<b>51.592.348</b>	<b>13,17%</b>

#### **b. Despesa**

A despesa municipal é composta por despesas com pessoal, amortização da dívida, manutenção da máquina pública (despesas correntes) e investimentos. Como ocorre com a receita, são classificadas como orçamentárias e intra-orçamentárias (quando o favorecido for outro órgão da administração indireta do mesmo ente).

São dívidas em três fases, empenho, liquidação e pagamento. Na primeira consideramos o compromisso assumido, seja através de um termo de confissão de dívida, como de um contrato assinado. Em seguida, a liquidação corresponde a efetiva realização da despesa, como por exemplo com a entrega do material e emissão de nota fiscal por parte do favorecido. Por fim, o pagamento corresponde ao efetivo dispêndio financeiro ao favorecido.

Abaixo apresentamos um comparativo entre a despesa empenhada e liquidada no acumulado do exercício de 2021 em comparação ao exercício anterior, separadas segundo sua categoria econômica:

Descrição	Empenhado 2020	2020	Empenhado 2021	2021	Variação 2020- 2021	
					(R\$)	(%)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>368.551.017</b>	<b>353.535.803</b>	<b>375.042.920</b>	<b>353.520.554</b>	<b>6.491.903</b>	<b>1,76%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	177.798.578	175.381.632	177.423.328	175.742.769	-375.250	-0,21%
Juros e Encargos da Dívida	1.571.629	1.571.629	1.950.381	1.950.381	378.753	24,10%
Outras Despesas Correntes	189.180.811	176.582.542	195.669.211	175.827.404	6.488.400	3,43%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>33.686.414</b>	<b>29.894.788</b>	<b>29.820.495</b>	<b>20.816.488</b>	<b>-3.865.919</b>	<b>-11,48%</b>
Investimentos	28.391.180	24.599.555	24.485.883	15.481.875	-3.905.297	-13,76%
Amortização da Dívida	5.295.233	5.295.233	5.334.612	5.334.612	39.379	0,74%
<b>TOTAL</b>	<b>402.237.431</b>	<b>383.430.591</b>	<b>404.863.415</b>	<b>374.337.042</b>	<b>2.625.984</b>	<b>0,65%</b>
<b>TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>4.941.829</b>	<b>4.941.829</b>	<b>4.321.735</b>	<b>4.321.735</b>	<b>-620.093</b>	<b>-12,55%</b>
Câmara Municipal	4.941.829	4.941.829	4.321.735	4.321.735	-620.093	-12,55%
<b>TOTAL DESPESA</b>	<b>407.179.259</b>	<b>388.372.420</b>	<b>409.185.150</b>	<b>378.658.777</b>	<b>-9.713.643</b>	<b>-2,50%</b>

Como podemos observar, no acumulado, verificamos um incremento de 0,65% na despesa empenhada, em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Dentre as principais despesas, apresentamos:

Principais Despesas	2020	2021	Variação	
			(R\$)	(%)
DESPESA COM PESSOAL INATIVOS	878.092	830.284	-47.808	-5,44%
DESPESA COM PESSOAL ATIVOS	131.607.809	133.475.560	1.867.750	1,42%
FGTS	9.661.304	10.146.290	484.986	5,02%
INSS	33.330.106	31.647.065	-1.683.042	-5,05%
INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	2.321.266	1.324.130	-997.137	-42,96%
TERCEIRO SETOR	1.927.480	3.169.859	1.242.380	64,46%
MATERIAL DE CONSUMO	18.389.367	20.270.238	1.880.871	10,23%
SERVIÇOS DE TERCEIRO PF	872.398	678.669	-193.729	-22,21%
SERVIÇOS DE TERCEIRO PJ	145.783.527	145.697.335	-86.192	-0,06%
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		7.441.701	7.441.701	100,00%
OBRAS E INSTALAÇÕES	22.273.770	7.994.415	-14.279.355	-64,11%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.216.277	10.232.394	6.016.118	142,69%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.295.233	5.334.612	39.379	0,74%
DEMAIS DESPESAS	25.680.801	26.620.863	940.062	3,66%
<b>Total</b>	<b>402.237.431</b>	<b>404.863.415</b>	<b>2.625.984</b>	<b>0,65%</b>

### c. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do Município corresponde a diferença entre suas receitas e despesas, sob a ótica da despesa empenhada e liquidada, acrescido dos gastos com a Câmara Municipal.

No período em análise, constatamos que a arrecadação das receitas em 2021 alcançou o montante de R\$ 443.446.856, enquanto as despesas empenhadas representaram o montante de R\$ 404.863.415, que acrescido dos suprimentos pagos no período no montante de 4.321.735, resultou em um superávit orçamentário de R\$ 34.261.706 que corresponde a 7,73% da receita arrecadada. De outra forma, se considerarmos somente as despesas efetivamente realizadas (liquidadas), apuramos uma despesa total liquidada no valor de R\$ 374.337.042, o que nos leva a um resultado superavitário de R\$ 64.788.079, que corresponde 14,61% da receita arrecadada no período.

No comparativo ao mesmo período de 2020, considerando a despesa empenhada, identificamos uma melhora na ordem de 323,57%, abaixo detalhada:

DADOS ACUMULADOS 2020-2021			
Descrição	2020	2021	Variação %
Receita Total	391.854.508	443.446.856	13,17%
Despesa Empenhada	402.237.431	404.863.415	0,65%
Suprimentos Pagos	4.941.829	4.321.735	-12,55%
<b>Resultado (R\$)</b>	<b>-15.324.752</b>	<b>34.261.706</b>	<b>-323,57%</b>
<b>Resultado (%)</b>	<b>-3,91%</b>	<b>7,73%</b>	
Despesa Liquidada	383.430.591	374.337.042	-2,37%
Suprimentos Pagos	4.941.829	4.321.735	-12,55%
<b>Resultado (R\$)</b>	<b>3.482.088</b>	<b>64.788.079</b>	<b>1760,61%</b>
<b>Resultado (%)</b>	<b>0,89%</b>	<b>14,61%</b>	

### d. Resultado Financeiro

Ao analisarmos a situação financeira, apurada ao final do período em análise constatamos resultado superavitário na ordem de R\$ 54.100.047. O critério utilizado para

composição da execução financeira foram os ativos financeiros em 31/12/2021, deduzidos todas as obrigações de curto prazo de despesas do exercício liquidadas ou não, de restos a pagar efetivamente processados e não processados e demais despesas financeiras.

Descrição	2020	2021	Variação	
			(R\$)	(%)
Ativo Financeiro	40.556.860	89.020.422	48.463.562	119,49%
Despesas a Pagar - Liquidadas	0	2.879.466	2.879.466	100,00%
<b>Resultado</b>	<b>40.556.860</b>	<b>86.140.956</b>	<b>45.584.096</b>	<b>112,40%</b>
Passivo Financeiro	21.862.781	32.040.908	10.178.127	46,55%
<b>Resultado</b>	<b>18.694.079</b>	<b>54.100.048</b>	<b>35.405.969</b>	<b>189,40%</b>

Quando comparamos o resultado auferido agora com aquele no mesmo período de 2020, verificamos uma melhora na ordem de R\$ 35.405.969.

Outro ponto de extrema relevância, é a composição da disponibilidade financeira de acordo com a fonte de recurso, em especial as decorrentes de recursos próprios da Administração.

Descrição	2021
(+) Saldo Bancário	67.347.419
Despesas a Pagar - Liquidadas do Exercício	2.871.544
Despesas a Pagar – Não Processadas do Exercício	24.939.166
<b>Resultado</b>	<b>39.536.709</b>

#### e. Dívida de Longo Prazo

Abaixo apresentamos a composição da dívida de longo prazo:

Dívida Longo Prazo	2020	2021	Variação	
			(R\$)	(%)
PRECATÓRIOS DE PESSOAL REGIME ORDINÁRIO	1.104.191	3.296.051	2.191.860	198,50%
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR - DÉBITO PARCELADO	35.806.370	26.174.281	-9.632.089	-26,90%
FGTS - DÉBITO PARCELADO	62.541	0	-62.541	-100,00%
OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	12.765.282	12.070.007	-695.275	-5,45%
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ORDINÁRIO	190.781	161.605	-29.175	-15,29%
<b>Total</b>	<b>49.929.165</b>	<b>41.701.945</b>	<b>-8.227.220</b>	<b>-16,48%</b>



Como podemos observar, o estoque da dívida teve redução de **16,48%**, em especial os decorrentes de precatórios e contribuições junto ao RGPS.

#### f. Aplicação Ensino

Aplicação no ensino da ordem de **26,30%** pela despesa empenhada **23,48%** pela despesa liquidada e de **22,66%** pela paga.

APLICAÇÃO NO ENSINO				
Descrição	2020	%	2021	%
Receita de Impostos e Transferências	281.100.464	100,00	352.882.856	100,00
Aplicação Mínima Obrigatória (25%)	70.275.116	25,00	88.220.714	25,00
Despesa Ensino (Empenhada)	77.387.066	27,53	92.796.808	26,30
<b>Despesa Ensino (Liquidada)</b>	<b>74.370.456</b>	<b>26,46</b>	<b>82.846.269</b>	<b>23,48</b>
Despesa Ensino (Paga)	74.370.456	26,46	79.980.697	22,66
Insuficiência Aplicação (Liquidado)	0	-1,46	5.374.445	1,52

Diante do quadro acima, verificamos que a aplicação das despesas com ensino (recursos próprios), atingiu o percentual de **23,48%** pela despesa liquidada, ficando desta forma abaixo do limite mínimo estabelecido pela legislação.

#### g. Aplicação Saúde

Aplicação na Saúde da ordem de **24,28%** pela despesa empenhada, **23,08%** pela despesa liquidada e de **23,08%** pela despesa efetivamente paga.

APLICAÇÃO NA SAÚDE				
Descrição	2020	%	2021	%
Receita de Impostos e Transferências	277.047.925	100,00	347.890.119	100,00
Aplicação Mínima Obrigatória (15%)	41.557.189	15,00	52.183.518	15,00
Despesa Saúde (Empenhada)	63.329.857	22,86	84.482.581	24,28
<b>Despesa Saúde (Liquidada)</b>	<b>61.654.771</b>	<b>22,25</b>	<b>80.293.759</b>	<b>23,08</b>
Despesa Saúde (Paga)	61.654.771	22,25	80.293.759	23,08
Insuficiência Aplicação (Liquidado)	0	0	0	0

Diante do quadro acima, verificamos que a aplicação das despesas com saúde (recursos próprios), atingiu o percentual de **23,08%** pela despesa liquidada, ficando desta forma acima do limite mínimo estabelecido pela legislação.

#### h. Aplicação FUNDEB

Aplicação de **100,00%** dos recursos recebidos FUNDEB na despesa empenhada, **100,00%** na despesa liquidada e **100,00%** na despesa paga.

APLICAÇÃO NO FUNDEB				
Descrição	2020	%	2021	%
Transferências e Rendimentos	43.417.817	100,00	55.205.928	100,00
Aplicação Mínima Obrigatória (90%)	41.246.926	95,00	49.685.335	90,00
Despesa Fundeb (Empenhada)	43.417.817	100,00	55.205.928	100,00
<b>Despesa Fundeb (Liquidada)</b>	<b>43.417.817</b>	<b>100,00</b>	<b>55.205.928</b>	<b>100,00</b>
Despesa Fundeb (Paga)	43.417.817	100,00	55.205.928	100,00
Magistério (empenhada 70%)	28.633.205	65,95	40.080.581	72,60
Insuficiência Aplicação (Liquidado)	0	0	0	0

Conforme quadro acima, verificamos que as despesas com recursos do FUNDEB atingiram **100,00%** do valor recebido, ficando desta forma acima do limite mínimo estabelecido pela legislação. Destacamos ainda, o percentual de **72,60% de gastos com magistério**, acima dos 70% exigidos pelo "Novo Fundeb".

#### i. Despesa com Pessoal

Despesa com pessoal na ordem de **39,23%** da Receita Corrente Líquida do Exercício.

Despesa com Pessoal				
Descrição	2020	%	2021	%
Receita Corrente Líquida	408.249.268	100,00	470.523.129	100,00
Limite Prudencial	209.431.874	51,30	241.378.365	51,30
Limite Legal	220.454.605	54,00	254.082.490	54,00
<b>Despesa com Pessoal</b>	<b>183.034.248</b>	<b>44,83</b>	<b>184.581.362</b>	<b>39,23</b>

Conforme podemos observar, o Município se encontra abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### j. Dívida Consolidada Líquida

Dívida Consolidada Líquida na ordem de **39,23%** da Receita Corrente Líquida do Exercício.

Dívida Consolidada Líquida				
Descrição	2020	%	2021	%
Receita Corrente Líquida	408.249.268	100,00	470.523.129	100,00
Limite Legal	489.899.122	120,00	564.627.755	120,00
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>183.034.248</b>	<b>44,83</b>	<b>184.581.362</b>	<b>39,23</b>

Conforme podemos observar, o Município se encontra abaixo do limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2. DEMAIS ANÁLISES RELEVANTES

#### a. Cauc; ✓

Em consulta junto ao Cauc, em 29 de janeiro de 2022, identificamos que o Município dispõe de Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal com vencimento em 06/05/2022 e Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia, junto à Caixa Econômica com vencimento em 22/02/2022.

No mais, encontra-se pendente a atualização de limite de despesas com PPP (parceria público privada).

#### b. Cadin Estadual; ✓

Em consulta ao sítio oficial da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo em 29 de janeiro de 2022 não foi identificado pendências junto ao Cadin.

**c. Capag** ✓

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da Capag é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da Capag foram definidos na Portaria STN nº 882/2018. *QUE ESTÁ PREJUDICANDO!*

*TÉCNICA ?  
P/DE-ADAR*

Em consulta aos dados apresentados em 29 de janeiro de 2022, a nota apresentada, com base nos dados auferidos em 2020, é igual a **C**, em decorrência do indicador **II - Poupança Corrente**. Os demais itens estão favoráveis, com nota **A**. Cabe destacar, no entanto, que a Prévía Fiscal apresenta uma simulação da situação fiscal dos entes subnacionais a respeito de sua elegibilidade para obtenção de operação de crédito. A análise não abrange todos os limites legais, visto que utiliza apenas os dados disponibilizados no Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) e no CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias), e, portanto, não vincula a posição do Tesouro Nacional. Assim, os limites aqui divulgados são preliminares, e serão apurados de forma precisa por ocasião da verificação do cumprimento de limites e condições de que trata o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).

**d. Índice de Efetividade da Gestão Municipal** ✓

Criado em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para medir a eficiência das Prefeituras paulistas, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal avalia a eficiência das políticas públicas em sete setores da administração: saúde, planejamento, educação, gestão fiscal, proteção aos cidadãos (Defesa Civil), meio ambiente e governança em tecnologia da informação. Com isso, oferece elementos que subsidiam a ação fiscalizatória do Controle Externo e da sociedade. Os resultados obtidos também produzem informações que têm sido utilizadas

por Prefeitos e Vereadores na correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento dos municípios.

O IEG-M possui cinco faixas de classificação, definidas a partir das notas alcançadas nos sete índices setoriais: altamente efetiva (A); muito efetiva (B+), efetiva (B), em fase de adequação (C+) e baixo nível de adequação (C). Todas as informações obtidas são fornecidas pelas administrações municipais e validadas, por amostragem, pelas equipes de Fiscalização do TCESP. Desse modo, variáveis como 'gastos com educação', por exemplo, só poderão ser consideradas definitivas após o trânsito em julgado do parecer emitido pelo relator das contas de cada Prefeitura.

Em 2021, com base nas informações relativas a 2020, o IEG-M do Município teve como resultado a nota **B (Efetiva)**, contendo resultado superior ao auferido no último ano (C+).

#### e. Precatórios

O Município é aderente ao regime ordinário de precatórios, nos termos da EC 99/2017. Conforme demonstrado nos balanços contábeis de encerramento, o estoque de precatórios para 2021 é de R\$ 1.294.971,66. Ao longo deste ano foram empenhados, liquidados e pagos o valor de R\$ 1.563.493,11, o que indica o atingimento desse item.

### 3. CONCLUSÃO

SINTESE DO APURADO	RESULTADO
Resultado Orçamentário pelo Empenhado (R\$)	64.788.079
Resultado Financeiro (R\$)	54.100.048
Aplicação Ensino (%)	23,48%
Aplicação FUNDEB (%)	100,00%
Aplicação Saúde (%)	23,08%
Despesas com Pessoal (%)	39,23%
Pagamento de Precatórios	1.563.493,11

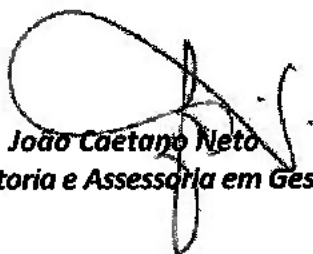
Conforme podemos observar pelos dados acima elencados, dentre os principais itens analisados pelo TCE-SP o Município obteve resultado orçamentário superavitário e financeiro.

Em relação a aplicação com ensino, embora o total empenhado supere o mínimo constitucional, o valor liquidado não, o que dependerá do total executado em janeiro.

Análises qualitativas do Município, decorrentes dos Índices de Gestão Municipal avaliados pelo TCESP também deverão ser acompanhados, o que poderão ocasionar apontamentos por parte do órgão fiscalizador.

Os indicadores aqui avaliados apresentaram resultados **FAVORÁVEIS**, exceto o baixo índice de aplicação no ensino sob a ótica da despesa liquidada, o que poderá ensejar em reprovação das contas se não regularizado em janeiro de 2022.

É o nosso relatório.




**MetaPública Consultoria e Assessoria em Gestão Pública Ltda.**






# DEMONSTRATIVOS RREO - BREVE ANÁLISE DOS PRINCIPAIS TÓPICOS OBSERVADOS


Período: 6º Bimestre/2021


RREO


RECEITA ORÇADA X RECEITA REALIZADA				
	PREVISTA ATÉ O BIMESTRE (ORÇADA)	REALIZADA (ARRECADADA)	EXCESSO DE ARRECAÇÃO	
Receita Total	450.867.306,36	472.909.254,32	22.041.947,96	
Análise:	O arrecadado foi <b>MAIOR</b> que o previsto			

TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS - PRINCIPAIS SECRETARIAS				
SECRETARIA	VALOR	PROPORÇÃO		
Saúde	135.286.147,39	30,66%	56,87%	
Educação	115.640.389,40	26,21%		
Administração	37.707.064,02	8,55%		
Demais	152.563.865,35	34,58%		
Total Geral (Fontes 1, 2 e 5)	441.197.466,16	100,00%		
Análise:	Saúde + Educação = 250.926.536,79			

RECEITA TOTAL REALIZADA (Comparativo Exercício Anterior)				
6º Bim/Exerc. Anterior	6º Bim/2021	Evolução	11,82%	
422.924.599,79	472.909.254,32	49.984.654,53	Aumento	
Análise:	Receita até o 6º Bim/2021 foi <b>SUPERIOR</b> à Receita até o 6º Bim/2020			

RESULTADO NOMINAL	
Análise: o resultado de (R\$ 52.617.090,15) apurado é <b>favorável</b> , haja vista que corresponde à <b>redução da Dívida Fiscal Líquida</b> no período analisado (Jan/2021 a Dez/2021). Tal valor é <b>mais favorável</b> que a meta definida para o exercício de 2021: R\$ 25.672.403,02. Art. 9º da LRF.	

RESTOS A PAGAR	
Análise: em relação à inscrição de restos a pagar no exercício anterior, a situação é <b>favorável</b> , pois foram pagos ou cancelados 100,00% do valor inscrito (R\$ 19.997.572,16). Ao final de 2021, houve nova e expressiva inscrição de RP (Não Processados) R\$ 30.526.373,29 e (Processados) R\$ 2.879.466,16, totalizando <b>R\$ 33.405.839,45</b> . Há disponibilidade financeira suficiente para suprir o saldo total de RP R\$ 88.876.863,35. Recomenda-se acompanhamento de tal situação no curso de 2022, a fim de evitar sobrecarga para o exercício.	

RESULTADO PRIMÁRIO (LIQUIDADAS)	
Análise: o resultado apurado de R\$ 70.042.198,32 é <b>favorável</b> , pois que supera a meta estabelecida na LDO para 2021, qual seja, (R\$ 10.650.901,06). Em relação às previsões atualizadas, no entanto, o resultado é <b>desfavorável em (R\$ 85.458.956,31)</b> e merece atenção.	

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (LIQUIDADAS)	
-------------------------------------	--

## DEMONSTRATIVOS RGF - BREVE ANÁLISE DOS PRINCIPAIS TÓPICOS OBSERVADOS

**Período: 3º Quadrimestre/2021**

**RGF**

### DESPESAS COM PESSOAL (Acumulada 12 Meses)

	3º Quadrim/Exerc. Anterior	3º Quadrim/2021	Evolução
Percentual Apurado	44,83%	39,23%	-5,60%
Limite Prudencial	51,30%	51,30%	0,00%
Margem	6,47%	12,07%	5,60%



Favorável

Redução



ATENÇÃO

**Análise:** o percentual das despesas com pessoal é favorável, pois atende aos limites legais; em relação ao mesmo período de 2020, houve redução de (5,60%), o que é bom. No entanto, merece permanente e cuidadoso acompanhamento.

### DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

**Análise:** situação favorável. Verifica-se o cumprimento dos limites legais, com boa margem percentual.



Favorável

### CONCESSÕES DE GARANTIA

**Análise:** situação favorável. O valor das garantias concedidas atende ao limite legal, com boa margem percentual.



Favorável

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Análise:** situação favorável. As Operações de Crédito realizadas não superam as Despesas de Capital, cumprindo regularmente a "Regra de Ouro" da Administração Pública.



Favorável

### DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

**Análise:** situação favorável, mas requer atenção. O saldo de caixa em 31/12/2021 (R\$ 88.876.863,35) é suficiente para suportar o total de restos a pagar inscrito ao final do exercício (R\$ 33.405.839,45), perfazendo uma disponibilidade bruta de caixa de R\$ 55.471.023,90 na mesma data (Superávit Financeiro Bruto). Deduzindo-se demais valores, inclusive extraorçamentários, a disponibilidade líquida é de R\$ 54.100.046,77 (Superávit Financeiro Líquido). O detalhamento da composição de tais valores pode ser visualizada em demonstrativo específico elaborado pela Contabilidade.



Favorável

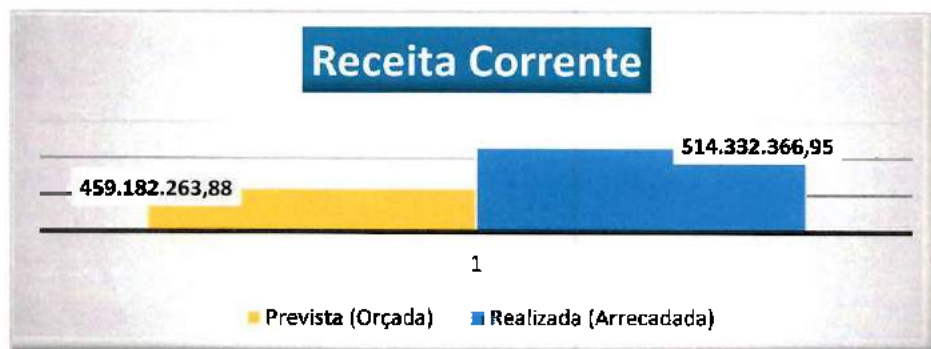


P/ Análise

*Assinatura*



## ANÁLISE DA RECEITA (CONSOLIDADA: Prefeitura + SAAE)

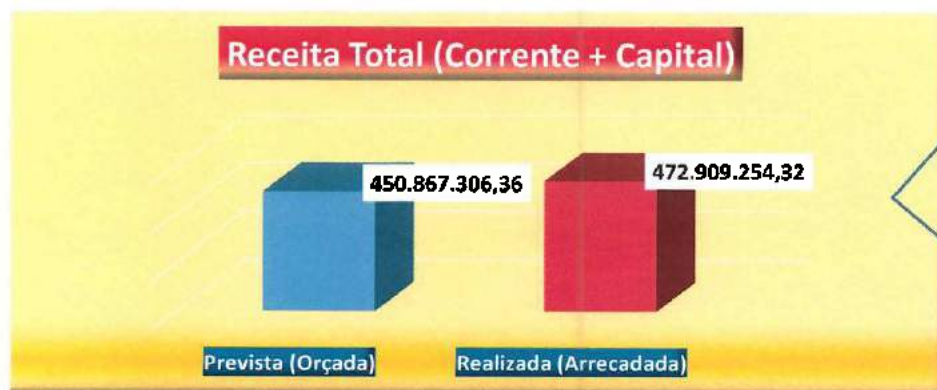


<b>EXCEDENTE</b>	<b>55.150.103,07</b>
------------------	----------------------



Puxa o Resultado Orçamentário para baixo

<b>FRUSTRADO</b>	<b>(24.780.882,53)</b>
------------------	------------------------



<b>EXCEDENTE</b>	<b>22.041.947,96</b>
------------------	----------------------

## Análise do artigo 167-A da CF/1988 (Despesas Correntes Empenhadas / Receitas Correntes Arrecadadas Líquidas)

Consolidado: Pref + Câm + SAAE

### Receitas Correntes

jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Total 12 meses
39.880.443,77	31.362.239,95	48.200.137,11	43.451.385,89	37.527.102,40	35.474.445,24	40.275.242,91	39.435.677,63	35.967.090,49	35.913.951,19	39.627.358,36	43.508.054,35	470.623.129,29

### Despesas Correntes

jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Total 12 meses
144.006.265,10	23.286.718,43	42.574.539,82	20.180.527,50	19.297.712,43	25.943.762,80	14.340.309,74	21.975.382,58	16.651.112,89	38.321.995,12	21.216.165,02	22.301.631,84	410.076.123,27

<b>Resultado Obtido</b>												<b>87,13%</b>
-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------

<b>Limite</b>	(Em %)											85,00%
	(Em R\$)											400.029.659,90

<b>Excedente (Em %)</b>												2,13%
-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------

<b>Excedente (Em R\$)</b>												10.046.463,37
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------



### Conclusões / Recomendações:

- 1) O resultado apurado supera o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988, sem exceder o limite máximo (95,00%), constante do caput do referido artigo. A Administração deverá analisar a possibilidade de adotar as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação. (\*)
- 2) Apenas a título orientativo, é nosso entendimento que, caso o limite de 95,00% seja ultrapassado, ficará o Município de Salto Impedido de realizar operações de crédito, com outro ente da Federação. **Atenção especial, portanto, aos projetos FINISA, Avançar Cidades e DESENVOLVE, os quais encontram-se em andamento. (\*\*)**

### Transcrição parcial do texto legal:

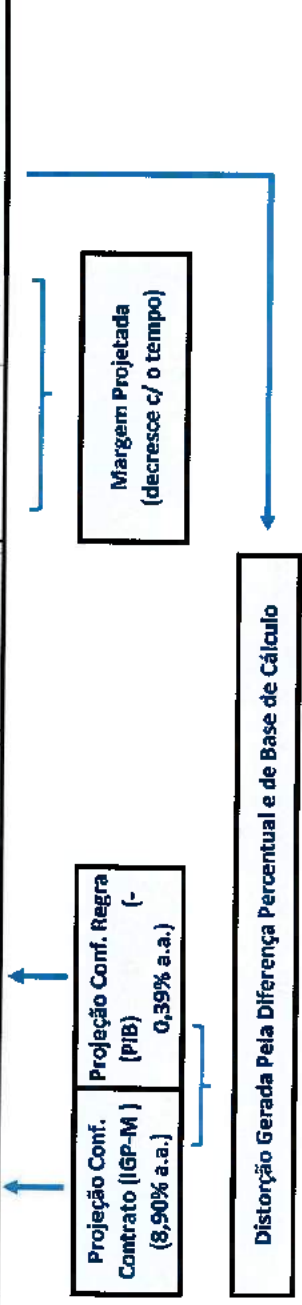
(\*) Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da: (...)

(\*\*) § 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada: (...) II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento.

**PPP - DEMONSTRATIVO DO (NÃO) CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS**  
**(5% DA RCL PARA AS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO)**

**POSIÇÃO EM**  
**DEZEMBRO/2021**

EXERCÍCIO	DESPESAS COMPUTÁVEIS (*)	RCL (Consolidada)	%	APURADO	LIMITE (5%)	MARGEM		Observações
						R\$	%	
2015	17.242.279,87	284.555.826,29	6,06		14.227.791,31	- 3.014.488,56	-1,06	
2016	22.389.419,42	306.960.557,77	7,29		15.348.027,89	- 7.041.391,53	-2,29	
2017	28.063.451,26	318.098.899,00	8,82		15.904.944,95	- 12.158.506,31	-3,82	
2018	26.626.982,97	354.763.671,25	7,51		17.738.183,56	- 8.888.799,41	-2,51	
2019	35.084.957,53	383.312.691,88	9,15		19.165.634,59	- 15.919.322,94	-4,15	
2020	38.013.046,03	408.249.268,09	9,31		20.412.463,40	- 17.600.582,63	-4,31	
<b>2021</b>	<b>36.571.911,85</b>	<b>470.623.129,29</b>	<b>7,77</b>		<b>23.531.156,46</b>	<b>- 13.040.755,39</b>	<b>-2,77</b>	<b>Corrente (considera Empenhadas até dez)</b>
2022	39.824.983,41	468.780.741,84	8,50		23.439.037,09	- 16.385.946,32	-3,50	
2023	43.367.415,68	466.945.566,93	9,29		23.347.278,35	- 20.020.137,34	-4,29	
2024	47.224.947,31	465.117.576,33	10,15		23.255.878,82	- 23.969.068,49	-5,15	
2025	51.425.606,37	463.296.741,92	11,10		23.164.837,10	- 28.260.769,28	-6,10	
2026	55.999.914,06	461.483.035,69	12,13		23.074.151,78	- 32.925.762,27	-7,13	
2027	60.981.106,41	459.676.429,72	13,27		22.983.821,49	- 37.997.284,93	-8,27	
2028	66.405.375,83	457.876.896,22	14,50		22.893.844,81	- 43.511.531,02	-9,50	
2029	72.312.134,01	456.084.407,50	15,85		22.804.220,38	- 49.507.913,63	-10,85	
2030	78.744.298,33	454.298.935,99	17,33		22.714.946,80	- 56.029.351,53	-12,33	
2031	85.748.603,67	452.520.454,21	18,95		22.626.022,71	- 63.122.580,96	-13,95	



(\*) Não foram deduzidas as despesas realizadas anteriormente à contratação da PPP (média atualizada) - conforme entendimento da Administração Municipal, haja vista que não foi disponibilizado à Contadoria Municipal nenhum documento a esse respeito



## EMENDAS IMPOSITIVAS - ATÉ 31/12/2021

VEREADOR	Saúde			Outros		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR
Alexandre Martins	73.005,95	72.439,26	566,69	73.005,94	73.005,94	-
Álvaro Pacheco	87.011,89	63.000,00	24.011,89	59.000,00	58.972,66	27,34
Antônio Cordeiro dos Santos	73.005,95	8.452,82	64.553,13	73.005,94	71.200,00	1.805,94
Celso Charnoski	80.311,89	65.527,38	14.784,51	65.700,00	65.675,26	24,74
Cícero Granjeiro Landim	73.005,95	70.465,00	2.540,95	73.005,94	72.952,12	53,82
Clodoaldo Martins de Oliveira	73.005,95	24.973,42	48.032,53	73.005,94	72.517,32	488,62
Divaldo Aparecido dos Santos	73.005,95	16.237,98	56.767,97	73.005,94	73.005,94	-
Edemilson Pereira dos Santos	73.005,88	70.465,00	2.540,88	73.006,01	72.872,60	133,41
Ezequiel de Souza Damasceno	73.005,95	60.713,00	12.292,95	73.005,94	65.576,65	7.429,29
José Benedito de Carvalho	73.005,95	18.389,25	54.616,70	73.005,94	62.200,00	10.805,94
Lafaiete Pinheiro dos Santos	73.005,95	18.015,18	54.990,77	73.005,94	72.154,82	851,12
Luiz Carlos Batista	73.005,96	61.967,00	11.038,96	73.005,94	72.956,51	49,43
Márcio Conrado	73.005,88	69.246,00	3.759,88	73.006,01	72.994,29	11,72
Nilson Benedito da Silva	73.005,95	17.705,20	55.300,75	73.005,94	72.337,69	668,25
Otávio José Castanha Miralhes	73.005,95	20.108,80	52.897,15	73.005,94	73.005,94	-
Roberto Natalino Silveira	73.005,95	70.747,59	2.258,36	73.005,94	72.521,07	484,87
Vinícius Saudino de Moraes	73.005,95	52.570,80	20.435,15	73.005,94	65.221,46	7.784,48
<b>Totais</b>	<b>1.262.412,90</b>	<b>781.023,68</b>	<b>481.389,22</b>	<b>1.219.789,24</b>	<b>1.189.170,27</b>	<b>30.618,97</b>

**Valores ainda não aplicados (aplicação obrigatória até o final do exercício)**




**BREVE ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DA****EDUCAÇÃO**

Período: 6º bimestre (01/01/2021 a 31/12/2021)

Anexo 08 do RREO

**25% DOS RECURSOS PRÓPRIOS**

**EMPENHADAS:** o valor total das despesas empenhadas apresenta **excedente** em relação ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado abaixo:

Gasto Obrigatório	88.220.713,97	25,00%
Gasto Realizado (Empenhos)	93.379.773,70	26,46%
<b>Excedente</b>	<b>5.159.059,73</b>	<b>1,46%</b>

**FAVORÁVEL****FUNDEB - TOTAL**

**GASTO TOTAL OBRIGATÓRIO:** os valores totais das despesas empenhadas e liquidadas **atendem aos valores e percentuais mínimos obrigatórios exigíveis até o período**, conforme abaixo demonstrado.

Gasto Obrigatório	55.205.928,18	100,00%
Gasto Realizado (Liquidações)	55.205.928,18	100,00%
<b>Resultado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

**FAVORÁVEL****FUNDEB - Magistério / Profissionais da Educação**

**GASTO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (70%):** Os valores totais empenhados, liquidados e pagos **ultrapassou o valor e percentual mínimo obrigatório exigível até o período**, conforme abaixo demonstrado.

	<b>FAVORÁVEL</b>	<b>Magistério</b>	
Gasto Obrigatório		38.644.149,73	70,00%
Gasto Realizado (Liquidados)		40.080.581,37	72,60%
<b>Resultado</b>	<b>2,60%</b>	<b>1.436.431,64</b>	
		<b>Excedente</b>	



## BREVE ANÁLISE DO DEMONSTRATIVO DA

## SAÚDE

### ANEXO 12 RREO

**Período: 6º BIMESTRE/2021** (01/01/2021 a 31/12/2021)

### 15% DOS RECURSOS PRÓPRIOS

**EMPENHADAS:** o valor total das despesas empenhadas apresenta excedente em relação ao

Gasto Obrigatório	52.183.517,86	15,00%
Gasto Realizado (Empenhos)	84.482.580,93	24,28%
<b>Excedente</b>	<b>32.299.063,07</b>	<b>9,28%</b>

FAVORÁVEL



**Conclusão:** cumprimento do percentual mínimo constitucional com boa margem

**LIQUIDADAS:** o valor total das despesas liquidadas apresenta excedente em relação ao

Gasto Obrigatório	52.183.517,86	15,00%
Gasto Realizado (Liquidações)	80.293.758,75	23,08%
<b>Excedente</b>	<b>28.110.240,89</b>	<b>8,08%</b>

FAVORÁVEL



*Handwritten signature*



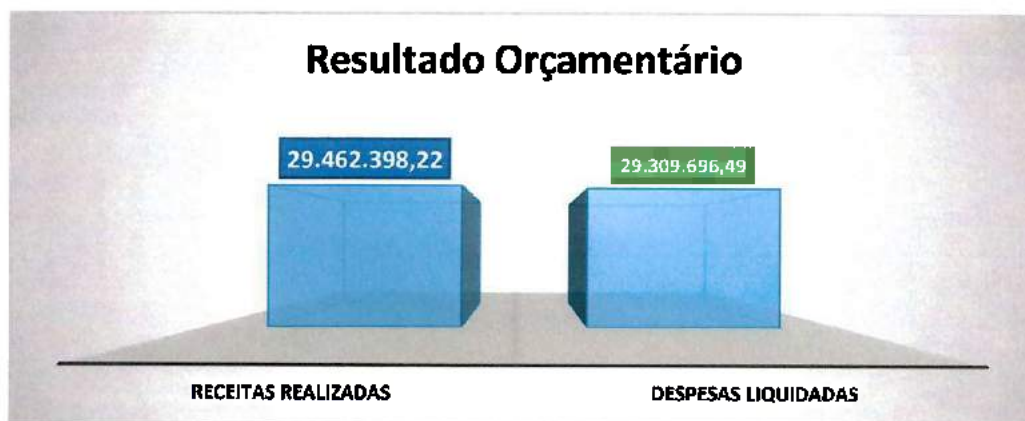
## SAAE - Arrecadação e Resultado Orçamentário



Receita Estimada	33.142.299,60
Receita Realizada	29.462.398,22
<b>Déficit de Arrecadação</b>	<b>(3.679.901,38)</b>
<b>Negativo</b>	



Receitas Realizadas	29.462.398,22
Despesas Liquidadas	29.309.696,49
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>152.701,73</b>
<b>Positivo</b>	



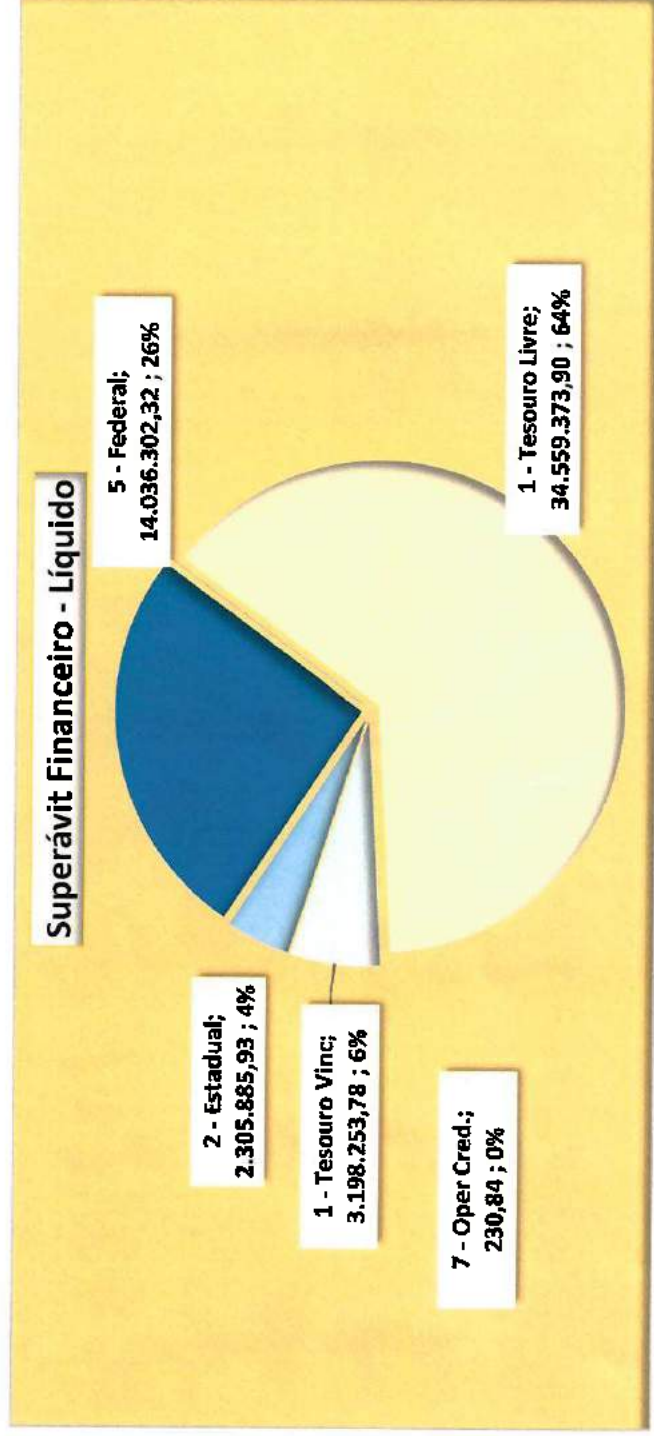
### CONCLUSÕES:

- a) As receitas realizadas pela Autarquia são inferiores à sua previsão inicial de arrecadação para o período, tendo déficit de **R\$ 3.679.901,38**.
- b) Considerando as despesas liquidadas, o Resultado Orçamentário é **positivo em R\$ 152.701,73**. Por outro lado, considerando as despesas empenhadas, **o resultado é negativo em R\$ 2.549.917,70, merecendo atenção e acompanhamento.**

*Handwritten signature*

## SUPERÁVIT FINANCEIRO 2021 - SALDO DISPONÍVEL (31/12/2021)

Boletim de Tesouraria		R.P 2021 (Inscritos)		Superávit Financeiro		Ajustes (Desp. Extraorçam)		Superávit Líquido
Fonte	Valor	Valor	Valor	(Bruto)	Valor	Valor		
1 - Tesouro Livre	46.559.889,36	10.629.538,33		35.930.351,03	(1.370.977,13)	(1)		34.559.373,90
1 - Tesouro Vinc	20.787.529,64	17.589.275,86		3.198.253,78				3.198.253,78
2 - Estadual	5.130.890,55	2.825.004,62		2.305.885,93				2.305.885,93
5 - Federal	16.398.322,96	2.362.020,64		14.036.302,32				14.036.302,32
7 - Oper Cred.	230,84	-		230,84				230,84
<b>Total Geral</b>	<b>88.876.863,35</b>	<b>33.405.839,45</b>		<b>55.471.023,90</b>	<b>- 1.370.977,13</b>			<b>54.100.046,77</b>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO

## ANÁLISE COMPARATIVA 2021/2022

RECEITAS	1º BIMESTRE/2021	1º BIMESTRE/2022	DIFERENÇA	%
RECEITAS CORRENTES	66.790.627	76.419.486	9.387.345	14,42
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	14.506.975	14.211.682	- 295.293	- 2,04
RECEITA PATRIMONIAL	10.238	1.051.393	1.041.155	10.169,08
RECEITA DE SERVIÇOS	1.363.510	1.605.023		17,71
TRANSFERENCIAS CORRENTES	50.500.691	58.101.117	7.600.426	15,05
FPM	9.172.444	11.634.574	2.462.131	26,84
ICMS	13.248.868	16.678.693	3.429.825	25,89
IPVA	10.499.232	10.657.631	158.398	1,51
FUNDEB	8.881.970	10.244.475	1.362.504	15,34
DEMAIS TRANSFERENCIAS	8.698.177	8.885.744	187.567	2,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	409.212	1.450.271	1.041.059	254,41
RECEITAS DE CAPITAL	-	335.654	335.654	100,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-	335.654	335.654	100,00
TOTAL DE ENTRADAS:	66.790.627	76.755.140	9.722.999	14,92

DESPESAS	1º BIMESTRE/2021	1º BIMESTRE/2022	DIFERENÇA	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.278.351	33.190.736	10.912.385	48,98
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	228.534	235.345	6.811	2,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.117.104	21.688.597	571.493	2,71
INVESTIMENTOS	1.609.436	6.781	- 1.602.656	- 99,58
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	809.734	607.726	- 202.008	- 24,95
REPASSE CÂMARA	1.000.000	916.667	- 83.333	- 8,33
TOTAL DE SAÍDAS:	47.043.159	56.645.852	9.602.692	20,41

## Análise do artigo 167-A da CF/1988 (Despesas Correntes Empenhadas / Receitas Correntes Arrecadadas Líquidas)

Consolidado: Pref + Câm + SAAE

### Receitas Correntes

mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	Total 12 meses
48.200.137,11	43.451.385,89	37.527.102,40	35.474.445,24	40.275.242,91	39.435.677,63	35.967.090,49	35.913.951,19	39.627.358,36	43.508.054,35	45.261.892,95	35.748.721,17	480.391.059,69

### Despesas Correntes

mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	Total 12 meses
42.574.539,82	20.180.527,50	19.297.712,43	25.943.762,80	14.320.309,74	21.975.382,58	16.651.112,89	38.321.995,12	21.216.165,02	22.301.631,84	129.970.761,42	40.746.928,46	413.500.829,62

### Resultado Obtido

86,08%

Limite	(Em %)	85,00%
	(Em R\$)	408.332.400,74

### Excedente (Em %)

1,08%

### Excedente (Em R\$)

5.168.428,88

Destaque

Prefeitura:  
SAAE:  
Consolidado:

84,29%  
113,59%  
86,08%



### Conclusões / Recomendações:

1) O resultado apurado **supera o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988**, sem exceder o limite máximo (95,00%), constante do caput do referido artigo. A Administração deverá analisar a possibilidade de adotar as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação. (\*)

2) O SAAE apresentou resultado desfavorável acentuado, impulsionando o percentual consolidado (Prefeitura + Câmara + SAAE) para fora do limite.

3) Apenas a título orientativo, é nosso entendimento que, **caso o limite de 95,00% seja ultrapassado, ficará o Município de Salto impedido de realizar operações de crédito** com outro ente da Federação.

**Atenção especial, portanto, aos projetos FINISA, Avançar Cidades e DESENVOLVE, os quais encontram-se em andamento.** (\*\*)

### Transcrição parcial do texto legal:

(\*) Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da: (...)

(\*\*) § 6º **Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo**, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, **é vedada**: (...) **II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido** com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento.

**BREVE ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DA****EDUCAÇÃO**

Período: 1º bimestre (01/01/2022 a 28/02/2022)

**25% DOS RECURSOS PRÓPRIOS****LIQUIDADAS:** o valor total das despesas liquidadas não atende ao valor e percentual mínimos obrigatórios exigíveis até o período, conforme demonstrado abaixo:**DESFAVORÁVEL**

Gasto Obrigatório	15.624.889,90	25,00%
Gasto Realizado (Liquidações)	7.629.705,62	12,21%
<b>Defasagem</b>	<b>(7.995.184,28)</b>	<b>-12,79%</b>



P/ Análise

**FUNDEB - TOTAL****GASTO TOTAL OBRIGATÓRIO:** o valor total das despesas liquidadas não atende ao valor e percentual mínimos obrigatórios exigíveis até o período, conforme abaixo demonstrado.**DESFAVORÁVEL**

Gasto Obrigatório	10.300.808,24	100,00%
Gasto Realizado (Liquidações)	5.914.077,58	57,41%
<b>Resultado</b>	<b>(4.386.730,66)</b>	<b>-42,59%</b>



P/ Análise

**FUNDEB - Magistério / Profissionais da Educação****GASTO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (70%):** O valor total liquidado não atende ao valor e percentual mínimos obrigatórios exigíveis até o período, conforme abaixo demonstrado.**DESFAVORÁVEL**

Gasto Obrigatório	7.210.565,77	70,00%
Gasto Realizado (liquidados)	4.799.712,21	46,60%

<b>Resultado</b>	<b>-23,40%</b>	<b>(2.410.853,56)</b>
------------------	----------------	-----------------------

Defasagem



P/ Análise

## EMENDAS IMPOSITIVAS - ATÉ 28/02/2022

VEREADOR	Saúde			Outros		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR
1 - Alessandro Dernival Da Silva - Ads	122.844,56	-	122.844,56	122.844,56	-	122.844,56
2 - Antônio Cordeiro Dos Santos - Acs	122.844,56	-	122.844,56	122.844,52	-	122.844,52
3 - Cícero Granjeiro Landim - Cgl	122.844,52	-	122.844,52	122.844,56	-	122.844,56
4 - Daniel Fraga Moreira Bertani - Dfmb	122.844,56	-	122.844,56	122.844,56	-	122.844,56
5 - Edival Pereira Rosa - Epr	122.844,56	-	122.844,56	122.844,56	-	122.844,56
6 - Ezequiel De Souza Damasceno - Esd	122.844,56	-	122.844,56	122.844,56	-	122.844,56
7 - Fabio Jorge Rodrigues - Fjr	122.844,56	-	122.844,56	122.844,56	-	122.844,56
8 - Gideon Tavares - Gt	122.844,56	-	122.844,56	122.844,56	-	122.844,56
9 - Henrique Balseiros Chamosa Neto - Hbc	122.844,56	-	122.844,56	122.844,56	-	122.844,56
10 - José Benedito De Carvalho - Jbc	133.844,56	-	133.844,56	111.844,56	-	111.844,56
11 - Vinícius Saudino De Moraes - Vsm	122.844,56	-	122.844,56	122.844,56	1.997,50	120.847,06
<b>Totais</b>	<b>1.362.290,12</b>	<b>-</b>	<b>1.362.290,12</b>	<b>1.340.290,12</b>	<b>1.997,50</b>	<b>1.338.292,62</b>



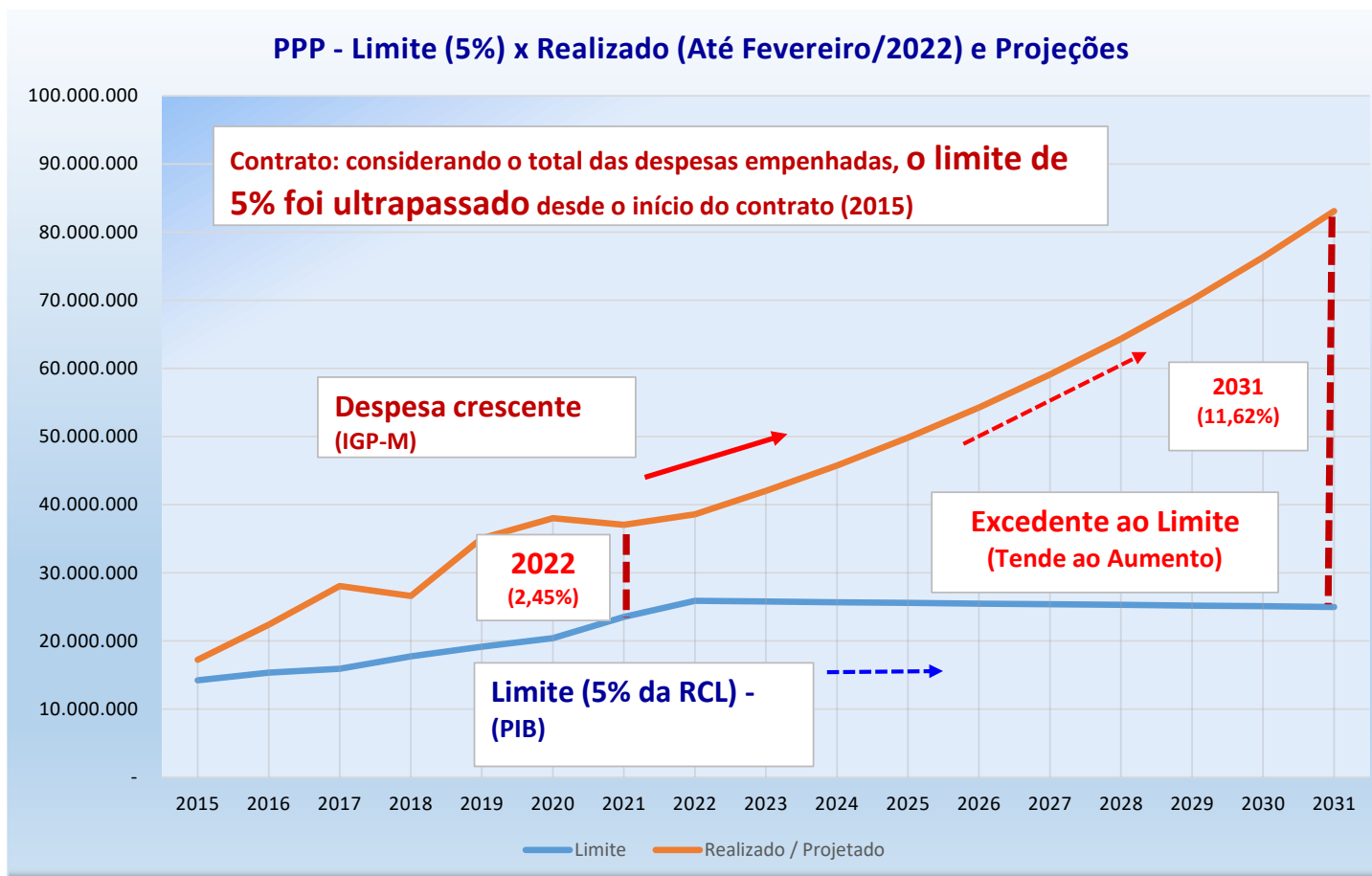
**Valores ainda não aplicados (aplicação obrigatória até o final do exercício)**

PPP - DEMONSTRATIVO DO (NÃO) CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS (5% DA RCL PARA AS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO)						POSIÇÃO EM FEVEREIRO/2022	
EXERCÍCIO	DESPESAS COMPUTÁVEIS	RCL (Consolidada)	% APURADO	LIMITE (5%)	MARGEM		Observações
					R\$	%	
2015	17.242.279,87	284.555.826,29	6,06	14.227.791,31	- 3.014.488,56	-1,06	Corrente (considera Empenhadas até dezembro)
2016	22.389.419,42	306.960.557,77	7,29	15.348.027,89	- 7.041.391,53	-2,29	
2017	28.063.451,26	318.098.899,00	8,82	15.904.944,95	- 12.158.506,31	-3,82	
2018	26.626.982,97	354.763.671,25	7,51	17.738.183,56	- 8.888.799,41	-2,51	
2019	35.084.957,53	383.312.691,88	9,15	19.165.634,59	- 15.919.322,94	-4,15	
2020	38.013.046,03	408.249.268,09	9,31	20.412.463,40	- 17.600.582,63	-4,31	
2021	37.042.872,85	470.523.129,29	7,87	23.526.156,46	- 13.516.716,39	-2,87	Despesas: não consideram o reajuste (a ser concedido)
<b>2022</b>	<b>38.589.469,33</b>	<b>517.916.102,00</b>	<b>7,45</b>	<b>25.895.805,10</b>	<b>- 12.693.664,23</b>	<b>-2,45</b>	
2023	42.022.002,63	515.888.572,82	8,15	25.794.428,64	- 16.227.573,99	-3,15	
2024	45.759.859,76	513.868.980,97	8,90	25.693.449,05	- 20.066.410,71	-3,90	
2025	49.830.199,29	511.857.295,39	9,74	25.592.864,77	- 24.237.334,52	-4,74	
2026	54.262.595,51	509.853.485,12	10,64	25.492.674,26	- 28.769.921,26	-5,64	
2027	59.089.253,38	507.857.519,33	11,64	25.392.875,97	- 33.696.377,42	-6,64	
2028	64.345.242,47	505.869.367,32	12,72	25.293.468,37	- 39.051.774,11	-7,72	
2029	70.068.751,79	503.888.998,49	13,91	25.194.449,92	- 44.874.301,87	-8,91	
2030	76.301.367,26	501.916.382,38	15,20	25.095.819,12	- 51.205.548,14	-10,20	
2031	83.088.373,88	499.951.488,62	16,62	24.997.574,43	- 58.090.799,45	-11,62	

Projeção Conf. Contrato (IGP-M ) (8,90% a.a.)	Projeção Conf. Regra (PIB) (- 0,39% a.a.)
---	--

Excedente Projetado (aumenta c/ o tempo)
---

Distorção Gerada Pela Diferença Percentual e de Base de Cálculo



## ANÁLISE DA RECEITA (CONSOLIDADA: Prefeitura + SAAE)

### Receita Corrente

94.873.210,14

90.793.274,63

1

Prevista (Orçada)

Realizada (Arrecadada)



ATENÇÃO

**FRUSTRADO**

**(4.079.935,51)**

Impostos, Taxas e Contr. Melhoria

**(9.564.151,69) Frustração**

Transferências Correntes

**5.519.906,39 Excesso**

Outras Receitas Correntes

**(602.049,03) Frustração**

### Destaques

### Receita de Capital

6.901.266,88

335.654,00

Prevista (Orçada)

Realizada (Arrecadada)

Puxa o Resultado  
Orçamentário para  
baixo

**FRUSTRADO**

**(6.565.612,88)**

Nota: Situação que desfavorece a realização de Investimentos

### Receita Total (Corrente + Capital)

93.220.610,34

81.346.268,12

Prevista (Orçada)

Realizada (Arrecadada)



ATENÇÃO



**FRUSTRADO**




**(11.874.342,22)**


# DEMONSTRATIVOS RREO - BREVE ANÁLISE DOS PRINCIPAIS TÓPICOS OBSERVADOS


Período: 1º Bimestre/2022



RREO



RECEITA ORÇADA X RECEITA REALIZADA				<div> Desfavorável</div>
	PREVISTA ATÉ O BIMESTRE (ORÇADA)	REALIZADA (ARRECADADA)	DÉFICIT DE ARRECAÇÃO	
Receita Total	93.220.610,34	81.346.268,12	(11.874.342,22)	<div> ATENÇÃO</div>
Análise: Recomendamos o contingenciamento de despesas				
O arrecadado foi MENOR que o previsto				



TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS - PRINCIPAIS SECRETARIAS				 P/ Análise
SECRETARIA	VALOR	PROPORÇÃO		
Saúde	42.504.876,69	23,99%	24,21%	 P/ Análise
Educação	395.128,30	0,22%		
Administração	20.204.750,47	11,40%		 P/ Análise
Demais	114.076.729,60	64,38%		
Total Geral (Fontes 1, 2 e 5)	177.181.485,06	100,00%		
<b>Análise: Saúde + Educação = 42.900.004,99</b>				

RECEITA TOTAL REALIZADA (Comparativo Exercício Anterior)				 Favorável
1º Bim/Exerc. Anterior	1º Bim/2022	Evolução		
			14,04%	
71.333.380,17	81.346.268,12	10.012.887,95	Aumento	
Análise:		Receita até o 1º Bim/2022 foi	<b>SUPERIOR</b>	à Receita até o 1º Bim/2021

RESULTADO NOMINAL	 Favorável
<b>Análise:</b> o resultado de (R\$ 9.468.654,03) apurado é favorável, haja vista que corresponde à redução da Dívida Fiscal Líquida no período analisado (Jan/2022 a Fev/2022). Tal valor é mais favorável que a meta definida para o exercício de 2022: R\$ 2.979.000,00 . Art. 9º da LRF.	

RESTOS A PAGAR	 Favorável
<b>Análise:</b> Situação favorável, pois dos restos a pagar inscritos no final do exercício anterior (R\$ 36.703.773,79), 75,52% foram pagos ou cancelados (R\$ 27.717.515,51), restando 24,48% (R\$ 8.986.258,28), o que demonstra considerável redução no período analisado. Contudo, recomenda-se acompanhamento do saldo ao longo do exercício.	
	 ATENÇÃO

RESULTADO PRIMÁRIO (LIQUIDADAS)	 Favorável
<b>Análise:</b> o resultado apurado de R\$ 36.496.651,77 é favorável, pois que supera a meta estabelecida na LDO para 2022, qual seja, (R\$ 7.407.000,00). Em relação às previsões atualizadas, no entanto, o resultado é desfavorável em (R\$ 41.307.762,77) e merece atenção.	
	 ATENÇÃO

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (LIQUIDADAS)	 Favorável
<b>Análise:</b> as receitas realizadas até o período superam as despesas liquidadas em R\$ 36.759.337,46 apontando para um resultado favorável (SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO). No entanto, em relação às despesas empenhadas, o resultado é negativo em R\$ 95.835.216,94, sendo desfavorável, demonstrando a ocorrência de DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (empenhou-se mais do que se arrecadou no período).	
	 ATENÇÃO



## SAAE - Arrecadação e Resultado Orçamentário



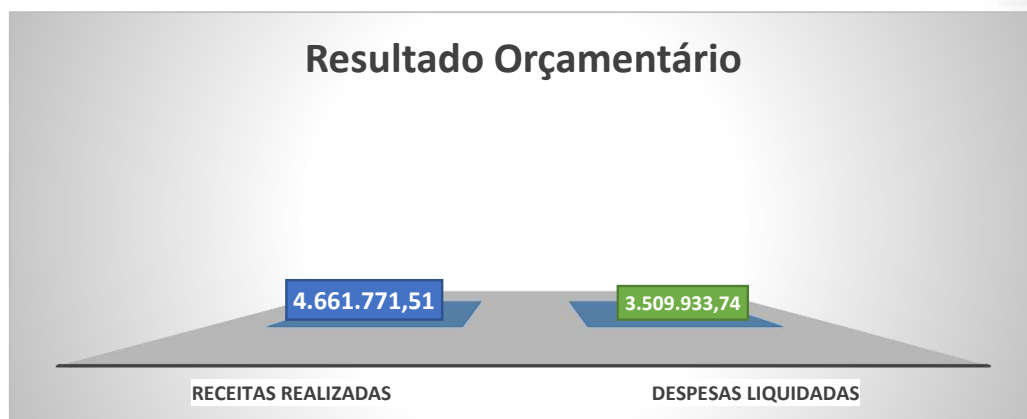
Receita Estimada	5.824.988,00
Receita Realizada	4.661.771,51
<b>Déficit de Arrecadação</b>	<b>(1.163.216,49)</b>

**Negativo**



Receitas Realizadas	4.661.771,51
Despesas Liquidadas	3.509.933,74
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>1.151.837,77</b>

**Positivo**



### CONCLUSÕES:

- a) As receitas realizadas pela Autarquia são inferiores à sua previsão inicial de arrecadação para o período, tendo déficit de **R\$ 1.163.216,49**.
- b) Considerando as despesas liquidadas, o Resultado Orçamentário é **positivo em R\$ 1.151.837,77**. Por outro lado, considerando as despesas empenhadas, **o resultado é negativo em R\$ 7.748.513,80, merecendo atenção e acompanhamento.**

## BREVE ANÁLISE DO DEMONSTRATIVO DA

# SAÚDE

Anexo 12 - RREO

**Período: 1º BIMESTRE/2022** (01/01/2022 a 28/02/2022)

### 15% DOS RECURSOS PRÓPRIOS

**EMPENHADAS:** o valor total das despesas empenhadas apresenta excedente em relação ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado abaixo:

Gasto Obrigatório	9.374.933,94	15,00%
Gasto Realizado (Empenhos)	32.333.788,84	51,73%
<b>Excedente</b>	<b>22.958.854,90</b>	<b>36,73%</b>

FAVORÁVEL



**Conclusão:** cumprimento do percentual mínimo constitucional com boa margem

**LIQUIDADAS:** o valor total das despesas liquidadas apresenta excedente em relação ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado abaixo:

Gasto Obrigatório	9.374.933,94	15,00%
Gasto Realizado (Liquidações)	13.353.854,69	21,37%
<b>Excedente</b>	<b>3.978.920,75</b>	<b>6,37%</b>

FAVORÁVEL



Salto, 25 de junho de 2022.

À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTO  
Sr. LAERTE SONSIN

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ATÉ MAIO DO  
EXERCÍCIO DE 2022 E DEMAIS ANÁLISES PERTINENTES.**

Este documento tem por objetivo analisar a execução orçamentária e financeira, referente aos dados da “**Administração Direta**”, no acumulado no mês de **maio do exercício de 2022**.

Os dados aqui apresentados têm como objetivo avaliar os resultados auferidos comparando com o do exercício anterior, abordar os principais itens fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, identificando os resultados das ações que buscaram o equilíbrio fiscal e exigências constitucionais.

Passamos aos estudos:

## 1. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### a. Receita

A receita municipal é composta por impostos, taxas, contribuições, transferências correntes, de capital, de serviços e patrimonial. Podem ainda ser divididas em receitas orçamentárias e intra-orçamentárias (quando repassadas entre órgãos do mesmo município).

Dentre as principais, destacamos as de origem própria (IPTU, ISS, ITBI e IR) e as repassadas pelo Estado e União, tais como FPM, ICMS, IPVA e Fundeb.

Abaixo apresentamos um comparativo entre a receita realizada no acumulado até maio de 2022 em comparação ao mesmo período do exercício anterior, separadas segundo sua categoria econômica:

Descrição	2021	Previsto 2022	2022	Variação 2021-2022	
				(R\$)	(%)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>207.557.511</b>	<b>222.722.625</b>	<b>257.314.648</b>	<b>49.757.137</b>	<b>23,97%</b>
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	64.029.920	59.439.583	74.743.461	10.713.540	16,73%
Receita Patrimonial	192.156	470.625	3.658.227	3.466.071	1803,78%
Receita Serviços	3.322.470	3.541.250	4.589.436	1.266.965	38,13%
Transferências Correntes	138.254.449	154.302.001	170.778.059	32.523.610	23,52%
Outras Receitas Correntes	1.758.515	4.969.167	3.545.465	1.786.950	101,62%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>869.291</b>	<b>17.151.097</b>	<b>1.225.654</b>	<b>356.363</b>	<b>40,99%</b>
Operações de Crédito		7.959.806	0	0	100,00%
Transferências de Capital	869.291	9.191.292	1.225.654	356.363	40,99%
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>18.871.624</b>	<b>21.384.667</b>	<b>23.793.241</b>	<b>4.921.617</b>	<b>26,08%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>189.555.178</b>	<b>218.489.056</b>	<b>234.747.061</b>	<b>45.191.883</b>	<b>23,84%</b>

No acumulado, foi identificado incremento de 23,84%, superando a inflação acumulada dos últimos doze meses de 12,13% (IPCA-IBGE), impactado pelo aumento de 16,73% nas receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria e de 23,52% nas transferências correntes.

Quando comparamos ainda o valor realizado com a projeção até o período estimada na Lei Orçamentária Anual, identificamos um incremento de 7,44%.

Dentre as principais receitas, apresentamos:

Principais Receitas	2021	2022	Variação	
			(R\$)	(%)
ICMS	40.200.627	51.854.665	11.654.038	28,99%
IPTU	38.190.050	45.641.346	7.451.296	19,51%
FUNDEB	22.660.578	27.481.249	4.820.671	21,27%
FPM	20.687.561	26.033.831	5.346.270	25,84%
ISS	14.158.102	17.542.971	3.384.869	23,91%
IPVA	14.265.145	16.933.440	2.668.295	18,70%
Recurso Federal Saúde	7.824.405	7.686.652	-137.753	-1,76%
Recursos Estado Saúde	490.201	6.808.097	6.317.896	1288,84%
ITBI	7.126.853	6.155.721	-971.132	-13,63%
Serviços	3.322.470	4.589.436	1.266.965	38,13%
Demais Receitas	8.514.204	4.103.785	-4.410.419	-51,80%
IR	3.229.417	4.078.576	849.159	26,29%
Salário Educação	3.220.049	3.868.403	648.354	20,13%
Rendimentos	192.156	3.602.438	3.410.282	1774,74%
Recursos Estado Educação	932.058	2.775.238	1.843.180	197,75%
Taxas	1.325.184	1.324.522	-662	-0,05%
Multas de Trânsito	620.912	1.024.633	403.722	65,02%
Royalties Petróleo	532.897	930.761	397.864	74,66%
Transferências Capital União	182.375	925.654	743.279	407,55%
IPI	328.023	344.303	16.280	4,96%
Merenda Escolar	573.063	323.562	-249.500,6	-43,54%
Transferências Capital Estado	686.915	300.000	-386.915	-56,33%
Recurso Federal Assistência	140.832	209.303	68.472	48,62%
Recursos Estado Assistência	145.958	145.957	-1	0,00%
Aluguéis	0	55.789	55.789	100,00%
ITR	5.142	6.727	1.585	30,82%
<b>Total</b>	<b>189.555.178</b>	<b>234.747.061</b>	<b>45.191.883</b>	<b>23,84%</b>

Como destaque, o IPTU obteve incremento expressivo de 19,51%, bem como o ICMS com 28,99%. Este último, reflexo dos 6,08% de incremento no índice de participação do município. O aumento no repasse estadual com Saúde e Educação foi ocasionado por diferença de classificação em 2021 e 2022, bem como o aumento com rendimentos no mercado financeiro, decorrentes da alta da taxa Selic aplicada pelo BCB ao longo dos últimos meses.

## b. Despesa

A despesa municipal é composta por despesas com pessoal, manutenção da máquina pública (despesas correntes), amortização da dívida, e investimentos. Como ocorre com a receita, são classificadas como orçamentárias e intra-orçamentárias (quando o favorecido for outro órgão da administração indireta do mesmo ente).

São divididas em três fases, empenho, liquidação e pagamento. Na primeira consideramos o compromisso assumido, seja através de um termo de confissão de dívida, como de um contrato assinado. Em seguida, a liquidação corresponde a efetiva realização da despesa, como por exemplo com a entrega do material e emissão de nota fiscal por parte do favorecido. Por fim, o pagamento corresponde ao efetivo dispêndio financeiro ao favorecido.

Abaixo apresentamos um comparativo entre a despesa empenhada e liquidada no acumulado no mês de maio do exercício de 2022 em comparação ao mesmo período do exercício anterior, separadas segundo sua categoria econômica:

Descrição	Empenhado 2021	Liquidado 2021	Empenhado 2022	Liquidado 2022	Variação Liquidado 2021-2022	
					(R\$)	(%)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>229.501.580</b>	<b>127.682.878</b>	<b>240.085.807</b>	<b>140.015.541</b>	<b>12.332.663</b>	<b>9,66%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	70.438.892	60.777.860	77.972.310	66.922.841	6.144.980	10,11%
Juros e Encargos da Dívida	2.170.000	715.304	2.238.000	856.736	141.432	19,77%
Outras Despesas Correntes	156.892.688	66.189.713	159.875.498	72.235.964	6.046.251	9,13%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>16.634.158</b>	<b>7.480.212</b>	<b>10.933.672</b>	<b>4.143.997</b>	<b>-3.336.215</b>	<b>-44,60%</b>
Investimentos	11.015.303	5.335.065	5.530.825	1.893.064	-3.442.001	-64,52%
Amortização da Dívida	5.618.855	2.145.147	5.402.847	2.250.932	105.786	4,93%
<b>TOTAL</b>	<b>246.135.738</b>	<b>135.163.089</b>	<b>251.019.479</b>	<b>144.159.537</b>	<b>8.996.448</b>	<b>6,66%</b>
<b>TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>2.500.000</b>	<b>2.500.000</b>	<b>2.291.667</b>	<b>2.291.667</b>	<b>-208.333</b>	<b>-8,33%</b>
Câmara Municipal	2.500.000	2.500.000	2.291.667	2.291.667	-208.333	-8,33%
<b>TOTAL DESPESA</b>	<b>248.635.738</b>	<b>137.663.089</b>	<b>253.311.146</b>	<b>146.451.204</b>	<b>8.788.114</b>	<b>6,38%</b>

Como podemos observar, no acumulado, verificamos um incremento de 6,66% na despesa liquidada, em relação ao mesmo período do exercício anterior. Incremento este

abaixo da inflação acumulada do último exercício e abaixo do aumento da receita auferido para o mês.

Dentre as principais despesas, apresentamos:

Principais Despesas	2021	2022	Variação	
			(R\$)	(%)
Despesa com Pessoal Ativos	47.530.188	52.979.104	5.448.916	11,46%
Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	50.057.510	31.249.709	-18.807.801	-37,57%
Repasse Terceiro Setor	1.317.036	24.342.681	23.025.645	1748,29%
INSS	9.372.233	9.852.121	479.888	5,12%
Demais Despesas	7.831.543	8.208.611	377.068	4,81%
Material de Consumo	5.499.950	6.500.247	1.000.296	18,19%
FGTS	2.995.131	3.139.106	143.975	4,81%
Serviços de Tecnologia da Informação	2.880.460	2.582.311	-298.149	-10,35%
Amortização da Dívida Contratada	2.145.147	2.250.932	105.786	4,93%
Equipamentos e Material Permanente	394.848	1.180.474	785.626	198,97%
Obras e Instalações	4.131.649	712.590	-3.419.059	-82,75%
Indenizações Trabalhistas	422.312	541.775	119.463	28,29%
Despesa com Pessoal Inativos	328.651	328.911	261	0,08%
Serviços de Terceiro Pessoa Física	256.431	290.964	34.533	13,47%
Insuficiência aplicação ensino	0	0	0	100,00%
<b>Total</b>	<b>135.163.089</b>	<b>144.159.537</b>	<b>8.996.448</b>	<b>6,66%</b>

Impedido da realização de reajustes salariais nos últimos dois anos, é importante acompanhar o incremento do gasto com folha de pagamento para os próximos meses. Em relação ao incremento apresetado de repasse ao terceiro setor, deve ser destacado que os contratos de gestão anteriormente eram contabilizados em serviços de terceiro pessoa jurídica, o que dificulta a análise desta modalidade.

### c. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do Município corresponde a diferença entre suas receitas e despesas, sob a ótica da despesa empenhada e liquidada, acrescido dos gastos com a Câmara Municipal.

No período em análise, constatamos que a arrecadação das receitas no mês de maio de 2022 alcançou o montante de R\$ 234.747.061, enquanto as despesas empenhadas

representaram o montante de **R\$ 251.019.479**, que acrescido dos suprimentos pagos no período no montante de **R\$ 2.291.667**, resultou em um déficit orçamentário de **R\$ 18.564.085** que corresponde a **7,91%** da receita arrecadada. De outra forma, se considerarmos somente as despesas efetivamente realizadas (liquidadas), apuramos uma despesa total liquidada no valor de **R\$ 144.159.537**, o que nos leva a um resultado superavitário de **R\$ 88.295.857**, que corresponde **37,61%** da receita arrecadada no período.

No comparativo ao mesmo período de 2021, considerando a despesa liquidada, identificamos uma melhora na ordem de **70,15%**, abaixo detalhada:

COMPARATIVO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
DADOS ACUMULADOS 2021-2022			
Descrição	2021	2022	Variação %
Receita Total	189.555.178	234.747.061	23,84%
Despesa Empenhada	246.135.738	251.019.479	1,98%
Suprimentos Pagos	2.500.000	2.291.667	-8,33%
<b>Resultado (R\$)</b>	<b>-59.080.560</b>	<b>-18.564.085</b>	<b>-68,58%</b>
<b>Resultado (%)</b>	<b>-31,17%</b>	<b>-7,91%</b>	
Despesa Liquidada	135.163.089	144.159.537	6,66%
Suprimentos Pagos	2.500.000	2.291.667	-8,33%
<b>Resultado (R\$)</b>	<b>51.892.089</b>	<b>88.295.857</b>	<b>70,15%</b>
<b>Resultado (%)</b>	<b>27,38%</b>	<b>37,61%</b>	

#### d. Resultado Financeiro

Ao analisarmos a situação financeira, apurada ao final do período em análise, constatamos resultado superavitário na ordem de **R\$ 37.820.015**. O critério utilizado para composição da execução financeira foram os ativos financeiros em **31/05/2022**, deduzidos todas as obrigações de curto prazo de despesas do exercício liquidadas ou não, de restos a pagar efetivamente processados e não processados e demais despesas financeiras.



Descrição	2021	2022	Variação	
			(R\$)	(%)
Ativo Financeiro	82.949.572	151.250.589	68.301.017	82,34%
Despesas a Pagar - Liquidadas	4.044.246	3.575.621	-468.625	-11,59%
<b>Resultado</b>	<b>78.905.326</b>	<b>147.674.968</b>	<b>68.769.642</b>	<b>87,15%</b>
Passivo Financeiro	117.278.677	113.430.574	-3.848.103	-3,28%
<b>Resultado</b>	<b>-34.329.105</b>	<b>37.820.015</b>	<b>72.149.120</b>	<b>-210,17%</b>

Quando comparamos o resultado auferido agora com aquele no mesmo período de 2021, verificamos uma melhora na ordem de **R\$ 72.149.120**.

Em outra análise, se considerarmos apenas as despesas liquidadas a pagar, desconsiderando os demais passivos financeiros, o resultado financeiro superavitário corresponde a **R\$ 147.674.968**.

Com o objetivo de melhor avaliarmos o resultado acima apresentado, objetivando provisionar o resultado esperado ao final do exercício, recompomos o resultado financeiro considerando o montante não aplicado com ensino, com base na despesa liquidada, de forma que o resultado supra elencado corresponderia a:

Descrição	2022
(+) Ativo Financeiro	151.250.589
Despesas a Pagar - Liquidadas	3.575.621
(-) Insuficiência Aplicação Ensino (Liquidado)	14.709.447
(-) Insuficiência Aplicação Fundeb (Liquidado)	1.857.226
<b>Resultado</b>	<b>131.108.295</b>
Passivo Financeiro	113.430.574
<b>Resultado</b>	<b>17.677.721</b>

Outro ponto de extrema relevância, é a composição da disponibilidade financeira de acordo com a fonte de recurso, em especial as decorrentes de recursos próprios, somente Prefeitura.

Descrição	2022
(+) Saldo Bancário	106.505.619
Despesas a Pagar - Liquidadas do Exercício	2.324.935
Despesas a Pagar - Liquidadas de Restos	49.994
(-) Insuficiência Aplicação Ensino (Liquidado)	14.709.447
<b>Resultado</b>	<b>89.421.244</b>

#### e. Dívida de Longo Prazo

Abaixo apresentamos a composição da dívida de longo prazo:

Dívida Longo Prazo	2021	2022	Variação	
			(R\$)	(%)
PRECATÓRIOS DE PESSOAL REGIME ORDINÁRIO	1.104.191	3.296.051	2.191.860	198,50%
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR - DÉBITO PARCELADO	25.021.401	20.752.434	-4.268.967	-17,06%
FGTS - DÉBITO PARCELADO	2.541	0	-2.541	-100,00%
OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	10.574.273	9.851.007	-723.266	-6,84%
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ORDINÁRIO	190.781	161.605	-29.175	-15,29%
<b>Total</b>	<b>36.893.188</b>	<b>34.061.098</b>	<b>-2.832.089</b>	<b>-7,68%</b>

Como podemos observar, o estoque da dívida teve redução de **7,68%**, em especial os decorrentes de contribuições junto ao RGPS.

#### f. Aplicação Ensino

Aplicação no ensino da ordem de **26,94%** pela despesa empenhada **17,35%** pela despesa liquidada e de **16,95%** pela paga.

Descrição	2021	%	2022	%
Receita de Impostos e Transferências	157.062.543	100,00	192.384.822	100,00
Aplicação Mínima Obrigatória (25%)	39.265.636	25,00	48.096.206	25,00
Despesa Ensino (Empenhada)	49.254.365	31,36	51.830.039	26,94
<b>Despesa Ensino (Liquidada)</b>	<b>28.699.460</b>	<b>18,27</b>	<b>33.386.759</b>	<b>17,35</b>
Despesa Ensino (Paga)	28.208.697	17,96	32.606.219	16,95
Insuficiência Aplicação (Liquidado)	10.566.176	6,73	14.709.447	7,65

Diante do quadro acima, verificamos que a aplicação das despesas com ensino (recursos próprios), atingiu o percentual de **17,35%** pela despesa liquidada, ficando desta forma abaixo do limite mínimo estabelecido pela legislação.

#### g. Aplicação Saúde

Aplicação na Saúde da ordem de **28,61%** pela despesa empenhada, **22,10%** pela despesa liquidada e de **21,92%** pela despesa efetivamente paga.

Descrição	2021	%	2022	%
Receita de Impostos e Transferências	157.062.543	100,00	192.384.822	100,00
Aplicação Mínima Obrigatória (15%)	23.559.381	15,00	28.857.723	15,00
Despesa Saúde (Empenhada)	47.503.809	30,25	55.035.918	28,61
<b>Despesa Saúde (Liquidada)</b>	<b>32.551.979</b>	<b>20,73</b>	<b>42.520.969</b>	<b>22,10</b>
Despesa Saúde (Paga)	31.877.341	20,30	42.176.575	21,92
Insuficiência Aplicação (Liquidado)	0	0	0	0

Diante do quadro acima, verificamos que a aplicação das despesas com saúde (recursos próprios), atingiu o percentual de **22,10%** pela despesa liquidada, ficando desta forma acima do limite mínimo estabelecido pela legislação.

#### h. Aplicação FUNDEB

Aplicação de **96,89%** dos recursos recebidos FUNDEB na despesa empenhada, **83,30%** na despesa liquidada e **83,30%** na despesa paga.

Descrição	2021	%	2022	%
Transferências e Rendimentos	22.673.884	100,00	27.701.008	100,00
Aplicação Mínima Obrigatória (90%)	20.406.496	90,00	24.930.907	90,00
Despesa Fundeb (Empenhada)	19.943.961	87,96	26.838.319	96,89
<b>Despesa Fundeb (Liquidada)</b>	<b>19.618.369</b>	<b>86,52</b>	<b>23.073.681</b>	<b>83,30</b>
Despesa Fundeb (Paga)	19.618.369	86,52	23.073.681	83,30
Magistério (empenhada 70%)	11.522.969	50,82	24.045.027	86,80
Insuficiência Aplicação (Liquidado)	788.127	3	1.857.226	7

Conforme quadro acima, verificamos que as despesas com recursos do FUNDEB atingiram **83,30%** do valor recebido, ficando desta forma abaixo do limite mínimo estabelecido

pela legislação. Destacamos ainda, o percentual de **86,80% de gastos com profissionais da educação**, acima dos 70% exigidos pelo “Novo Fundeb”.

#### i. Despesa com Pessoal

Despesa com pessoal na ordem de **37,07%** da Receita Corrente Líquida do Exercício.

Descrição	2021	%	2022	%
Receita Corrente Líquida	442.916.077	100,00	516.095.492	100,00
Limite Prudencial	227.215.948	51,30	264.756.987	51,30
Limite Legal	239.174.682	54,00	278.691.566	54,00
Despesa com Pessoal	185.039.602	41,78	191.319.475	37,07

Conforme podemos observar, o Município se encontra abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### j. Dívida Consolidada Líquida

Dívida Consolidada Líquida na ordem de **6,84%** da Receita Corrente Líquida do Exercício.

Descrição	2021	%	2022	%
Receita Corrente Líquida	442.916.077	100,00	516.095.492	100,00
Limite Legal	531.499.292	120,00	619.314.590	120,00
Dívida Consolidada Líquida	40.526.620	9,15	35.300.926	6,84

Conforme podemos observar, o Município se encontra abaixo do limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

### k. Estimativa de Excesso de Arrecadação

O Excesso de arrecadação estimado para o exercício, considerando apenas recursos próprios, é de **R\$ 44.947.792,51**.

Excesso de Arrecadação	
Arrecadação na Fonte 1 até maio/2022 (a)	181.806.588,39
Arrecadação na Fonte 1 até maio/2021 (b)	145.075.009,34
Arrecadação de Junho até Dezembro/2021 (c)	187.066.478,43
Taxa Incremento (a / b) (d)	25,31%
Previsão de arrecadação para junho-dezembro/2022 (d * c) (e)	234.413.004,12
Previsão Inicial da receita para 2022 (f)	371.271.800,00
<b>Provável Excesso de Arrecadação (a+e-f)</b>	<b>44.947.792,51</b>

Diante disso, conclui-se que o comportamento da receita está superando as expectativas do orçamento.

## 2. DEMAIS ANÁLISES RELEVANTES

### a. Cauc;

Em consulta junto ao Cauc, em **25 de junho de 2022**, identificamos que o Município dispõe de Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal com vencimento em 03/09/2022 e Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia, junto à Caixa Econômica com vencimento em 05/07/2022.

No mais, encontra-se pendente a atualização de limite de despesas com PPP (parceria público privada).

### b. Cadin Estadual;

Em consulta ao sítio oficial da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo em 25 de junho de 2022 não foi identificado pendências junto ao Cadin.

### c. Capag

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da Capag é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da Capag foram definidos na Portaria STN nº 882/2018.

Em consulta aos dados apresentados em 25 de junho de 2022, a nota apresentada, com base nos dados auferidos em 2021, é igual a **B**, em decorrência do indicador **II - Poupança Corrente. Os demais itens estão favoráveis, com nota A.** Cabe destacar, no entanto, que a Prévia Fiscal apresenta uma simulação da situação fiscal dos entes subnacionais a respeito de sua elegibilidade para obtenção de operação de crédito. A análise não abrange todos os limites legais, visto que utiliza apenas os dados disponibilizados no Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) e no CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias), e, portanto, não vincula a posição do Tesouro Nacional. Assim, os limites aqui divulgados são preliminares, e serão apurados de forma precisa por ocasião da verificação do cumprimento de limites e condições de que trata o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).

### d. Índice de Efetividade da Gestão Municipal

Criado em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para medir a eficiência das Prefeituras paulistas, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal avalia a eficiência das políticas públicas em sete setores da administração: saúde, planejamento, educação, gestão fiscal, proteção aos cidadãos (Defesa Civil), meio ambiente e governança em tecnologia da informação. Com isso, oferece elementos que subsidiaram a ação fiscalizatória do Controle Externo e da sociedade. Os resultados obtidos também produzem informações que têm sido utilizadas

por Prefeitos e Vereadores na correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento dos municípios.

O IEG-M possui cinco faixas de classificação, definidas a partir das notas alcançadas nos sete índices setoriais: altamente efetiva (A); muito efetiva (B+), efetiva (B), em fase de adequação (C+) e baixo nível de adequação (C). Todas as informações obtidas são fornecidas pelas administrações municipais e validadas, por amostragem, pelas equipes de Fiscalização do TCESP. Desse modo, variáveis como 'gastos com educação', por exemplo, só poderão ser consideradas definitivas após o trânsito em julgado do parecer emitido pelo relator das contas de cada Prefeitura.

Até a presente data, não foi divulgado os resultados para 2022, base 2021. Com base nas informações relativas a 2020, o IEG-M do Município teve como resultado a nota **B (Efetiva)**, contendo resultado superior ao auferido no último ano (C+).

#### e. Precatórios

O Município é aderente ao regime ordinário de precatórios, nos termos da EC 99/2017. Conforme demonstrado nos balanços contábeis de encerramento, o estoque de precatórios para 2022 é de R\$ 3.457.656,64. Ao longo deste ano foram depositados R\$ 163.913,30, segundo valores devidamente pagos nas categorias de sentença judicial. Segundo divulgado pelo TJSP (fonte: <https://www.tjsp.jus.br/cac/scp/webRelQuadroGestao.aspx>), até a presente data foram depositados no corrente exercício a importância de R\$ 16.660,65.

### 3. CONCLUSÃO

Item		Resultado
Resultado Orçamentário pelo Liquidado(R\$)	↑	88.295.857
Resultado Financeiro (R\$)	↑	37.820.015
Aplicação Ensino (%)	↓	17,35
Aplicação Fundeb (%)	↓	83,30
Aplicação Saúde (%)	↑	22,10
Despesa com Pessoal (%)	↑	37,07
Pagamento Precatórios	↓	163.913,30

Conforme podemos observar pelos dados acima elencados, dentre os principais itens analisados pelo TCE-SP o Município obteve resultado orçamentário superavitário e financeiro.

Em relação a aplicação com ensino, embora o total empenhado supere o mínimo constitucional, o valor liquidado não, demonstrando preocupação quanto a este item.

Análises qualitativas do Município, decorrentes dos Índices de Gestão Municipal avaliados pelo TCE-SP também deverão ser acompanhados, o que poderão ocasionar apontamentos por parte do órgão fiscalizador.

Os indicadores aqui avaliados apresentaram resultados **FAVORÁVEIS**, exceto o baixo índice de aplicação no ensino sob a ótica da despesa liquidada.

É o nosso relatório.

*João Caetano Neto*

**MetaPública Consultoria e Assessoria em Gestão Pública Ltda.**